

ESPECIARIA

Cadernos de Ciências Humanas,
v. 22, ano 2025 | ISSNe: 2675-5432

Repressão contra estudantes e o Padre Augusti na Ditadura Militar (1968-1969): uma análise existencial

Maria do Rosário da Cunha Peixoto

Possui graduação em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Santa Maria (1973), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1997). Atualmente é assistente doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história, memória, ensino, cidade e pesquisa.

Gabriel Soares Augusti

Formado em História pela PUC-SP (2023), especialista em Fenomenologia e Existencialismo. Autor dos artigos: “Ecos positivistas: quando análises econômicas não contemplam as subjetividades”, “Aristocracia espanhola sobre a ótica da décadence” e “Brasil Urgente: Imprensa Católica e Revolução”.



Recebido em: 23/09/2024
Aprovado em: 23/11/2024
Publicado em: 28/03/2025

Repressão contra estudantes e o Padre Augusti na Ditadura Militar (1968-1969): uma análise existencial

Maria do Rosário da Cunha Peixoto¹
Gabriel Soares Augusti²

Resumo

O artigo explora a repressão aos estudantes e ao Padre José Eduardo Augusti durante a Ditadura Militar no Brasil (1968-1969), destacando o embate moral e político entre o Estado autoritário e a resistência estudantil. Padre Augusti, atuando pela Juventude Estudantil Católica, ajudou a organizar o XXI Congresso da UBES, que foi alvo de forte repressão. Utilizando documentos oficiais e depoimentos orais, o texto expõe a divergência entre a narrativa estatal e a experiência dos oprimidos. A análise conclui que a moralidade autoritária imposta pela Ditadura ainda reverbera na sociedade brasileira contemporânea, sustentando desigualdades e injustiças. A democracia atual é vista como uma continuidade do poder militar, o que sublinha

¹ Possui graduação em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Santa Maria (1973), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1997). Atualmente é assistente doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história, memória, ensino, cidade e pesquisa.

² Formado em História pela PUC-SP (2023), especialista em Fenomenologia e Existencialismo. Autor dos artigos: “Ecos positivistas: quando análises econômicas não contemplam as subjetividades”, “Aristocracia espanhola sobre a ótica da decadência” e “Brasil Urgente: Imprensa Católica e Revolução”.

a importância de uma memória crítica para desafiar essas estruturas e promover uma sociedade mais justa.

PALAVRAS CHAVES: Ditadura Militar; Resistência; Moral.

Abstract

The article explores the repression of students and Father José Eduardo Augusti during the Brazilian Military Dictatorship (1968-1969), highlighting the moral and political clash between the authoritarian state and student resistance. Father Augusti, acting on behalf of the Catholic Student Youth, helped organize the XXI Congress of UBES, which was heavily repressed. Using official documents and oral testimonies, the text exposes the discrepancy between the state narrative and the experiences of the oppressed. The analysis concludes that the authoritarian morality imposed by the dictatorship still reverberates in contemporary Brazilian society, sustaining inequalities and injustices. Today's democracy is seen as a continuation of military power, underscoring the importance of critical memory to challenge these structures and promote a fairer society.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Resistance; Morality.

Introdução

Não há uma definição única quando se trata do período da Ditadura Militar ao se fazer análises. A discussão proposta neste artigo é política e moral, fazendo uma junção de que o político é moral e o moral é político. Nesta conjuntura, a discussão sobre o que é moral reconhece o caráter múltiplo desta definição, ou seja, não existe uma moral correta e nem única, assim como não existe uma visão política correta e nem única, em referência à discussão da história moral (Nietzsche, 2020). Apresenta-se, então, o confronto

entre um Estado e sua população, em um recorte selecionado e expressado por dois grupos importantes na luta contra a ditadura militar: estudantes e clérigos católicos.

As fontes do documento são do processo de apelação redigido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) e Supremo Tribunal Militar (STM), portanto representam a visão oficial do Estado Brasileiro em 1969. As fontes são acompanhadas de rituais para dar aporte legal à investigação contra o Pe. José Eduardo Augusti e os estudantes da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). O embate moral está presente nas estratégias de resistência feitas pelos estudantes, e a estrutura de legalidade seguida pelos militares para dar legitimidade e aporte oficial de tudo que produzem. Mesmo que muitas informações fiquem não evidenciadas em um primeiro momento, o Estado Militar faz referência a uma legalidade racional para suas atuações, que também são morais.

A memória do Pe. Augusti³ é referenciada para além de uma fonte histórica, mas também como uma memória familiar em um processo histórico importante. Falar sobre o padre é uma forma de evidenciar à sociedade uma insatisfação quanto ao processo político e moral no qual este trabalho é produzido pós-pandemia.

1 Explicações do aporte teórico, origem de fontes e temática: por que análise existencial?

Diretamente do acervo do Brasil Nunca Mais⁴, disponível de forma virtual online, a principal fonte é: Apelação

³ Nascido em Bragança Paulista, 1937. Foi coordenador da JEC e JUC durante seu período como clérigo em Botucatu, nos anos 1960. Após a absolvição dos grupos de atuação católica, foi transferido para Igrejas longe de qualquer atuação estudantil. Viveu um grande período na clandestinidade, fugindo da tirania do Estado Militar brasileiro.

⁴ Documento disponível na íntegra pelo endereço eletrônico: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BI-B_07&pesq=jos%C3%A9+eduardo+augusti. Acesso em: 15 out. 2022.

n.º 39.134, de 1970, recurso criminal n.º 4.889. Esses documentos, produzidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Diretoria Especializada em Operações Policiais (DEOP) e Superior Tribunal Militar (STM), tinham como revisão a solicitação de investigação e prisão preventiva de Cléber Consolatrix Maia, que saía da investigação original sobre o Movimento Estudantil de 1969. Assim, essa documentação é composta por processos, depoimentos, autos de apreensão, interrogatórios e prisões preventivas, que compõem outra investigação que remete ao Pe. Augusti, seus amigos, colegas e estudantes.

O documento de 1.095 páginas é dividido em duas partes: a primeira, contendo 1.002 páginas; a segunda, um anexo composto por 93 páginas. As seções selecionadas para análise focam na atuação do Padre José Eduardo Augusti em suas funções como coordenador da Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica, em conjunto aos depoimentos dos alunos Kazuo Nagamine, Elizabeth de Carvalho, Emiliano da Silva e Flávio Faccenda nos seus trabalhos da organização do XXI Congresso da UBES, objeto de investigação dos militares, incluindo o depoimento do agente infiltrado Ubirandyr, os depoimentos de Francisco Cordão, amigo de Augusti, e de sua irmã Maria Teresa Augusti.

Os depoimentos foram colhidos através de entrevistas online, devidamente gravadas e transcritas para esta pesquisa, a fim de elucidar detalhes não explicitados nas investigações e esclarecer situações subjetivas que, mesmo após análise, permaneciam nebulosas devido às artimanhas da repressão. Importante ressaltar as referências para o trabalho da subjetividade, citando Alessandro Portelli:

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas (Portelli, 1997, p. 98).

O que seriam essas áreas inexploradas na relação dos documentos oficiais da Ditadura com os depoimentos orais? A priori, uma memória pode ser compreendida como uma interpretação da realidade, algumas vezes apresenta falhas, seja por ser uma memória distante que ao longo do tempo vai se esvaziando, ou por uma tentativa deliberada de ocultar certos aspectos do seu significado. Nesse contexto, surge aqui uma dualidade: os documentos oficiais, elaborados com o propósito de omitir certos aspectos dos eventos, contrastam com os depoimentos de pessoas que vivenciaram o período, cujas narrativas frequentemente revelam uma perspectiva completamente diferente.

Como solucionar uma questão tão complexa em uma sociedade que nunca resolveu suas questões históricas de autoritarismo como o Brasil? A resposta reside em uma reflexão. O que há para se refletir aqui? O trabalho do historiador como apontado pelo Marc Bloch (1943): “A ciência do homem no Tempo” funciona como uma espécie de “lembrete” (Burke, 2000), mas esse lembrete não pode estar desassociado da realidade, deve estar fundamentado em evidências empíricas. Portanto, uma análise crítica da documentação da repressão é essencial para a compreensão e reflexão dos eventos, que nos traz à *Aletheia* (Manieri, 2013).

Qual seria o desvelamento de que estamos adiante? A hipótese do conceito de Estado Militar é uma das principais conclusões deste trabalho e seu resultado está atrelado à questão da visão que os militares têm sobre a sociedade: a necessidade de uma revolução para “civilizar” a população brasileira. A palavra “revolução” aparece no depoimento do agente infiltrado, dando o sentido moral dos militares e revelando as intencionalidades das ações institucionais contra a UBES e o Padre Augusti. Entrar na discussão da genealogia da hipótese Estado Militar não é o enfoque deste trabalho, a análise vai centralizar na desconstrução da narrativa dos documentos oficiais e discutir as motivações dos investigados, que também são morais.

A palavra revolução não se relaciona com os reprimidos, mas sim com os militares. O sentido em questão é completamente distinto; trata-se da visão de “revolução” que os militares possuem, a qual reflete uma perspectiva moral sobre a sociedade brasileira. O objetivo dessa visão é combater outras concepções morais acerca do que significa ser brasileiro, o que é justiça, democracia e, principalmente, Justiça Social.

Neste aspecto, o levantamento das fontes tem como objetivo observar como é estruturado o Estado Militar, essencialmente ideológico e, portanto, que transcende à institucionalidade. Registra-se que algumas ações foram realizadas de forma ilegal, com as mesmas justificativas ideológicas, mas que foram posteriormente legitimadas pelo AI-5, permitindo a continuidade dessas ações de maneira institucionalizada. O embasamento metodológico de análise tem como princípio a metodologia genealógica de Nietzsche (Foucault, 1979), que estuda o valor da moral para produzir uma história reflexiva (Nietzsche, 2016), na qual será discutido essencialmente nestes termos:

Nesse sentido, não descubro algo em meu objeto (a moral), mas sua região, seu campo. Aqui é impressionante a semelhança de Nietzsche com Marx. O primeiro cita os ‘modos de valoração’; o segundo, ‘modos de produção’. Nietzsche quer estudar o valor da moral; Marx o valor da mercadoria. A questão, então, é a forma como esse valor é produzido. No exemplo de Nietzsche, trata-se de estudar os ‘juízos de valor aristocráticos’ e sua modificação através dos tempos (Manieri, 2013, p. 189).

Neste trabalho, há um embate em dois conceitos de moral que perdura até a contemporaneidade da democracia brasileira: Estado Militar x Justiça Social. No entanto, o principal objetivo é a preocupação presente: aspectos que vemos hoje na sociedade brasileira que se assemelham ao passado. Problemas estruturais que o país enfrenta na atualidade têm origem no embate do recorte selecionado. Isso representaria uma totalidade da

complexa estrutura que é o Brasil? Não. Entretanto parte de uma consideração válida sobre qual a relação que os brasileiros têm com seu Estado. Ou melhor, atentar à problemática: o que significou o embate entre os Estudantes e o Padre contra os Militares?

O recorte temporal abordado abrange os anos de 1968 e 1969, com a resolução final ocorrendo em 18 de novembro de 1969, com a condenação do Padre Augusti. Em relação aos demais estudantes, os indícios dos eventos são cronologicamente confusos, pois os arquivos não apresentam uma organização linear e as datas são espaçadas. Por essa razão, a fim de ilustrar toda a trajetória, o principal acontecimento é o desenvolvimento do XXI Congresso da UBES que deveria acontecer no decorrer de 1968, mas é interceptado, e a organização do evento desmantelada pelos militares, e posteriormente os autos de apreensão, interrogatório e depoimentos deverão acontecer no decorrer de 1969 e finalizar na data da condenação do Padre Augusti. Não há indícios de condenação ou apreensão dos estudantes supracitados, mas há indícios de tortura, ou narrativas distorcidas pelos militares.

2 O processo de repressão: o Padre, os estudantes e o Estado Militar

As investigações contra o movimento estudantil começaram com a infiltração do agente Ubirandyr após o aparecimento de pichações no interior da Escola Estadual Eurico de Figueiredo, na cidade de Botucatu, ao longo do ano de 1968. Isso já denota uma atitude agressiva por parte do governo em lidar com o que deveria ser um ‘ato de vandalismo’, ou um ‘simples caso de polícia’, e etc. Há um hiper direcionamento para a problemática da questão: era considerado um problema para os militares qualquer tipo de manifestação social. Além do material apreendido, como panfletos que indicavam a presença de

uma organização estudantil na escola, o Estado classificava o ato como uma ação subversiva. Qual é a origem desse critério de subversão e da criminalização das ações das pessoas? Na perspectiva de Marilena Chauí:

A ditadura, desde o golpe de Estado de 1964, deu a si mesma três tarefas: a integração nacional (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais), a segurança nacional (contra o inimigo interno e externo, isto é, a ação repressiva do Estado na luta de classes e na ação contrarrevolucionária) e o desenvolvimento nacional (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs, isto é, capitalistas). A difusão dessas ideias foi feita nas escolas com a disciplina de Educação Moral e Cívica, na televisão, com programas como 'Amaral Neto, o repórter' e os da Televisão Educativa, e pela rádio por meio da Hora do Brasil e do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), encarregado, de um lado, de assegurar mão de obra qualificada para o novo mercado de trabalho e, de outro, de destruir o método Paulo Freire de alfabetização (Chauí, 2014, p. 179).

Fica evidente a existência de uma estrutura moral, construída a partir de pressupostos que condenam os valores daqueles estudantes que antes estavam numa outra estrutura de poder social, anterior à Ditadura. Todos esses novos conceitos que estavam sendo implementados tinham um objetivo único: o confronto e perseguição a outros valores morais, nos quais se viam encurralados por uma força muito maior, que era o novo Estado brasileiro, constituído em 1964, com o Estado Militar.

Essa estrutura moral, a qual podemos chamar de Estado Militar, foi o motor da motivação das ações individuais dos militares. Não bastava apenas ter o aparato institucional, pois para ele funcionar era preciso uma motivação moral, embasada em conceitos que fizessem sentido para estas pessoas. No caso, temos dois aspectos que chamam atenção, um já notado pela leitura exploratória das fontes, e outro já devidamente apontado por Marilena Chauí: pertencimento e motivação.

O pertencimento está atrelado às motivações originárias: manutenção de uma tradição ocidental e cristã. Por essa motivação, surge uma “necessidade” de movimento do que fazer, e este “fazer” está atrelado à palavra “Revolução”, que aparece no depoimento do Ubirandyr, como a justificativa de suas ações. Ele entende que está cumprindo um serviço para uma estrutura superior, como uma missão honrosa, que no caso é perseguir estudantes e acabar com qualquer manifestação estudantil. Só que para atingir esse objetivo, há um rito de legalidade a ser cumprido, aqui entra o papel do Estado para legitimar ações morais.

Para explicar com mais cuidado esta questão do Estado, adiantando um pouco a discussão que está presente na documentação, as leis que regiam a Ditadura eram justamente postas para evitar que os indivíduos, tanto de fora quanto de dentro do Estado, fossem pegos de “surpresa” em questionamento da legitimidade de certas escolhas feitas pela própria repressão. A Lei específica que criminalizava as ações tanto dos estudantes quanto do Pe. Augusti era a 898/69:

Art. 43 - Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de oposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso. Pena: reclusão, de 2 a 5 anos.

Só que não havia, a priori, qualquer mecanismo que transformasse em ilegal as ações dos estudantes quanto às suas reivindicações. Existia apenas a ilegalidade das instituições as quais compunham. Eis o grande mecanismo para a criminalidade daquelas pessoas: quem definia o que era ilegal ou legítimo eram os militares, e quem transformava em crime e instrumentalizava a pena era o Estado. Esse fato evidencia que não havia valor moral permitido a ser discutido por este Estado Militar, pois ao

utilizar essa Lei, permitiu-se a prisão e a cassação, assim como a tortura de estudantes secundaristas menores de 18 anos, como Flávio Faccenda, Emiliano Silva e Elizabeth de Carvalho.

Nesse contexto, insinuava-se a ilegalidade de atuação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Entretanto, é importante considerar que essa organização não surgiu para combater os militares. Fundada em 1948, tinha como objetivo a representação de classe. Esse compromisso é evidenciado por meio da análise de cópia dos panfletos, apreendidos pela operação dos militares e anexados ao processo. Esses panfletos convocavam a população para discutir os objetivos e uma reestruturação do currículo nacional de educação. Além disso, havia o planejamento de um congresso, que acabou sendo frustrado e completamente desmantelado pelos militares, devido à falta de um relatório sobre as discussões realizadas e a ausência da resolução que deveria ter sido apresentada. Todos os documentos mencionados neste trabalho estão disponíveis para conferência no site do Brasil Nunca Mais.

Aparentemente esse Congresso serviria como uma forma de criar uma estratégia para abrir um canal de diálogo com o Estado, para propor estruturas de ensino que fariam mais sentido para os estudantes, mas que não estariam alinhados ideologicamente com os militares, pois estes estudantes acreditavam na funcionalidade da democracia. Mas uma democracia muito específica, que não agradava a visão de mundo de Estado Militar dos Militares.

Qual era a visão de democracia que estes estudantes tinham? Uma visão de justiça social, alguns motivados por vertentes de análise social das academias, outros da Igreja Católica. Eles participavam diretamente de grupos de atuação política, como Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC), eis aqui o entrelaçamento entre estes estudantes da UBES e o Padre Augusti, que era coordenador de ambos os grupos.

O depoimento de Elizabeth é muito rico e pertinente, pois mostra algumas técnicas para driblar a repressão. A

estudante não mediu esforços para ocultar e omitir informações, já que há o depoimento de Cordão contando que nem em todos os casos essas estratégias deram certo, o que culminou em agressões, torturas e denúncias de pessoas-chave. Mas de forma bastante autêntica e legítima, Elizabeth conseguiu contar tudo, sem dizer nada. Não negou que conhecia seus colegas investigados, mas omitiu qualquer informação que pudesse comprometê-los. Essa postura revela que os jovens estudantes estavam agindo por princípios morais e não como uma simples subversão ou perversão.

As tentativas de incriminar Elizabeth⁵ são evidentes, associando-a a atividades “subversivas” e até questionando sua participação no movimento estudantil como um suposto culto marxista. Alegava-se que ela forçava os colegas a participar, embora suas conversas com eles fossem, na verdade, sobre a situação do ensino. Uma das críticas levantadas pela própria UBES era justamente sobre os conteúdos ensinados em sala de aula, que, segundo os estudantes, eram não apenas insuficientes, mas também incoerentes com a realidade.

Retomando a agência do Estado Militar, qualquer forma de questionamento ou manifestação de descontentamento é inadmissível, especialmente quando se trata de criticar sua estrutura de racionalidade, que é considerada superior a qualquer outro valor moral. Os estudantes têm as suas entidades e ideologias, e com isso trabalham nas

⁵ Em relação aos estudantes e suas manifestações, Elizabeth fica responsável por questionar aos colegas suas posições perante o Governo Militar: “[...] Flávio e Emiliano pediam a declarante que no Colégio em que a mesma estudava deveria comentar com os Colegas o teor daquelas conversações, para poderem aferir o que sentiam esses moços e moças, no que diz respeito a problemática dos estudantes secundários.” Problemática evidenciada nos arquivos dos panfletos, que havia um movimento culpabilizando os militares pela defasagem de ensino que os estudantes reivindicavam, e a falta de investimento nas escolas, especialmente para a qualidade do ensino e em questão de segurança dos estudantes dos colégios do Estado de São Paulo.

suas críticas. Não se trata de uma imposição ideológica por parte dos estudantes, para uniformizar o pensamento; pelo contrário, a organização estudantil é plural, e é a partir dessa pluralidade que aparece e se desenvolve um descontentamento coletivo em relação ao Estado Militar. Em contraste, são os militares que desejam uma uniformização do pensamento coletivo desses estudantes. O cerceamento da liberdade de expressão é um dos caminhos utilizado por esses militares para reprimir qualquer manifestação pública de descontentamento ao seu “intocável” governo.

Como esses estudantes se organizavam? Na época, ainda estavam em processo de estruturação de sua militância, através do congresso estudantil. Em um panfleto, eles explicavam o passo a passo da estrutura estudantil, o desejo de formar uma militância através da organização de estudantes de Ensino Médio em todo o Brasil. Hagemeyer traz um relato em seu livro sobre a visão de um estudante de como estava se formando essa militância:

Os discursos que denunciavam a ‘ditadura’ aliada ao ‘imperialismo norte-americano’, entre outros jargões da esquerda estudantil, eram recebidos em panfletos dentro do restaurante. Porém, segundo Diniz, ‘a maioria dos nossos companheiros não conhecia as regras do socialismo’.

Para os estudantes do Calabouço que ainda vacilavam em sua definição política, a ampla retórica da esquerda estudantil parecia ser confirmada pelos fatos miúdos: a ditadura, vassala dos interesses do imperialismo norte-americano representado pelo FMI, visava alienar o povo impedindo seu acesso à universidade, representado pelo espaço do Calabouço. [...] Foi nesse contexto que surgiu a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (Fuec) [...] (Hagemeyer, 2016, p. 44).

Nesse contexto, a UBES compreendia que havia uma pluralidade de indivíduos insatisfeitos com o Estado Militar,

⁶ Depoimento de Ubirandyr e Ubiracyr. Páginas 401 a 404 do processo.

que reivindicavam uma mudança imediata. Nos panfletos, as chamadas para a organização visavam sempre atender ao máximo de pessoas e acolher as mais diversas ideologias voltadas por uma única questão moral: combater o autoritarismo com a não violência.

Os depoimentos dos estudantes presentes em todo o processo são dos mais variados posicionamentos. Irmão de Flávio Faccenda, Clóvis Francisco Faccenda⁷, ao ser interrogado pelos militares sob a acusação de ser marxista, diz que suas ideologias são cristãs. Os militares não estão interessados em questionamentos morais sobre suas atitudes, e nem que os seus ideais, como bem apontado por Chauí (2014), tinham conflitos em cima dos mesmos ideais que a população. Um estudante alegando não ter influências marxistas ou socialistas, mas que atua contra a repressão porque é cristão, neste episódio, derrubaria sua narrativa interna de combate aos movimentos estudantis.

A maior arma da UBES é saber da existência destes indivíduos e agregá-los dentro de uma organização democrática que, através de reivindicações e pressões políticas, poderiam sim derrubar todo um governo autoritário e antidemocrático como o Estado Militar brasileiro de 1964. Os militares correm contra o tempo para barrar esta ação e saem vitoriosos.

De abril a outubro de 1969, a UBES tentou manter sua agenda para fazer este congresso acontecer, mas os militares intervieram em todas as suas tentativas de organização. Começando pelos agentes infiltrados, como Ubi-randy, que em seu relatório descreveu detalhadamente o que os estudantes estavam fazendo para se organizar. Seu irmão, Ubiracyr, também agente infiltrado, relatou que fez pessoalmente a detenção do Pe. Augusti e Elizabeth de Carvalho, mas confessou que fracassou na tentativa de localizar e prender Emiliano e Flávio. Ambos eram figuras-chave para esse processo, por estarem participando da

⁷ Clóvis Francisco Faccenda é interrogado aos 14 anos de idade.

diretoria que concorria ao cargo de presidente da UBES. Apesar de a chapa que representavam ter sido vencedora, eles não chegaram exercer os cargos, pois o presidente Cleber Consolatrix se encontrava preso.

As prisões de Emiliano e Flávio só ocorreram em 18 de outubro de 1969, e a do Pe. Augusti, em 10 de novembro do mesmo ano. Emiliano era da Bahia, e Flávio do Rio Grande do Sul. Isso evidencia que eles já estavam fugindo do encaço dos militares, não tinham residências fixas e nem uma “base” para se estabelecer, o que demonstra que a UBES era orgânica e funcionava mais como uma organização política solidária do que propriamente como um partido político, como a AP ou a Ação Libertadora Nacional ALN. O Pe. Augusti também se refugiou por um tempo no Rio de Janeiro, chegando a adotar um codinome para não ser capturado pelos militares, pois havia sido preso em 1968, experiência que lhe fez passar 30 dias em uma cela na cidade de Sorocaba, entre agosto e setembro daquele ano.

O último dos quatro estudantes selecionados é o Kazuo, que por algum motivo acabou revelando informações cruciais para os militares, e isso levanta muitas suspeitas e indícios de tortura em seu depoimento. Recomenda-se que seja lido o depoimento de Kazuo Nagamine, estudante secundarista.

Kazuo fornece informações preciosas sobre atuação de Emiliano, Flávio, Pe. Augusti, Elizabeth, e outras figuras. Em troca, ele se desvencilha do movimento estudantil e atesta não ter interesse no movimento. É possível que ele tenha cedido às pressões dos militares pelo medo de represálias, por ser vítima de ameaças ou por ter sido barbaramente torturado. Seu depoimento ilustra como a repressão do Estado Militar operou, através da intimidação e da extorsão, sem qualquer pudor moral em relação ao que estava sendo levantado por esses estudantes.

Entre esses aspectos, o que movia ideologicamente esses estudantes era a motivação para fazer mudanças estruturais no ensino. As principais reivindicações partiam

desde leituras oriundas das ciências sociais, sociologia e filosofia, como a teologia, com o processo de interpretação de mundo através do evangelho. Principalmente no caso do Padre Augusti, sua motivação era essencialmente Católica, visando à constituição de uma resistência Católica pacífica e solidária. O depoimento de Francisco Cordão destaca o significado da motivação do Padre e dos estudantes. No entanto, os militares constantemente buscavam justificativas para incriminar esses movimentos, rotulando-os como “marxistas” ou “comunistas”. Qualquer associação com tais estigmas era utilizada para deslegitimar e reprimir as ações dos estudantes.

Quando os militares fazem os autos de busca e apreensão, algumas peculiaridades são perceptíveis:

Na realidade, grande parte do material que eles pegaram do Augusti, ele sendo um estudioso, tendo livros de sociologia, filosofia etc., que para eles era subversivo, no meio dos livros tinha O Capital de Marx, mas ele não era marxista, um dos livros que eles levaram, foi a bíblia das Paulinas, que era de capa vermelha. Eles levaram livros que ‘todo mundo’ estudava na época, até clássicos da literatura como Vidas Secas. O cômico foi que ao lado da bíblia vermelha, estava o Capital de capa verde, este não foi levado, somente na segunda apreensão.⁸

Nas especificidades que os depoimentos ajudam a elucidar, não aparecem evidências diretas dessas ações orquestradas pelos militares, e o grande problema é a confiabilidade das fontes oficiais. Como é possível um historiador conseguir desacobertar os indícios e ações de tortura se isso não está presente descritivamente nos documentos? Torna-se uma tarefa impossível de ser realizada contando apenas com os documentos oficiais. Mas há a possibilidade de buscar outras evidências em outros lugares, no caso foram os depoimentos, que não são ilustrativos, mas que revelam outros aspectos desta perseguição.

⁸ Depoimento de Cordão.

Muito do que aconteceu entre os estudantes e o Pe. Augusti fez parte de uma rede de solidariedade para sobreviver à crueldade que foi esta ditadura. Não era só pela luta revolucionária de um imaginário político à esquerda, era também a resistência da barbárie, do descaso de governantes com seu próprio povo. A documentação da UBES era a cobrança que o governo assumisse suas responsabilidades com a população, de uma educação boa, que fosse investido na segurança, nas escolas etc. Tudo isso estava registrado e acessível aos militares, mas eles não deram importância. Pior, o cerco fechou-se em dezembro de 1968, com o AI-5.

Após a prisão do Pe. Augusti, Emiliano e Faccenda, continuou-se a rede de solidariedade, veja o depoimento do Cordão:

Quando ele foi preso pela segunda vez, o grupo de estudantes, resolveu dar apoio para ele na prisão. E nem era com o grupo no qual ele conversava. Uma das estudantes que tinha um sobrenome Augusto falou que o padre Augusti era primo dela, ela diz que os milicos acreditaram [na mentira], mas eu acho que não, eles fingiram que acreditaram, mas eles não tinham motivos para barrá-la, ela era também da ação católica. Então a Beth, eu, Ferraro íamos visitá-lo, [para] dar apoio a ele, fazia feira e levava comida.⁹

Esses mecanismos se tornam mais evidentes com os depoimentos e a prisão do Padre Augusti, que tinha como objetivo dismantelar toda a motivação que os estudantes tinham, e claramente usar o Padre como um grande exemplo do que poderia acontecer com eles: a prisão. As ações dos estudantes visavam uma resistência totalmente pacífica, assumindo os riscos associados, como a possibilidade de ser capturado, mas permanecendo firmemente voltados às suas questões morais. Dessa forma, não buscavam, por exemplo, uma fuga da situação de forma individualista,

⁹ Depoimento de Cordão.

mas sempre pensando num coletivo, que muitas vezes exigia uma frieza para suportar a tortura. Mas, é fato que nem todos possuíam capacidade física ou mental para suportar uma sessão de tortura do DOPS ou do DEOPS.

Cordão relata ter sofrido severas agressões enquanto esteve preso no DOPS, local onde hoje é o Memorial da Resistência em São Paulo. Cordão ainda afirma que não apenas foi brutalmente espancado, mas também testemunhou Emiliano, já ensanguentado, sendo levado para assistir ao julgamento do Pe. Augusti em 1970. Essa cena foi presenciada por ele, que narra:

O Augusti apanhou à beça ¹⁰ [dos militares], porque o Emiliano esteve na reunião dos padres [no Capão Redondo].

Esse encontro do Capão Redondo era um encontro dos padres orientadores de JEC e JUC, o Emiliano era líder estudantil, mas da UBES, ele era secundarista, e os secundaristas estavam querendo fazer um encontro de secundaristas aqui em São Paulo.

Uma das coisas que eles queriam que [o Augusti] entregasse [os endereços dos estudantes], primeiro que ele não sabia de nada, não sabia mesmo, ele falava que não sabia e era verdade, ele não pegava endereço de ninguém, porque ele estava condenado à revelia, a chance de ele ser preso era muito grande. A troco de que ele iria ficar sabendo o endereço da molecada? Só que na hora que ele foi preso, não acreditaram nisso.

Daí no julgamento do Augusti, inclusive levaram o Emiliano pra ver o julgamento, o Emiliano já tinha sido preso, menor de idade, mas apanhou pra cacete. Ele foi meio carregado para o julgamento. Tanto que o Augusti sustentou que não conhecia ele, quanto ele sustentou que não conhecia o Augusti. [...] E não só o Emiliano estava, mas vários da Diretoria da UBES estavam lá [no julgamento].

Esse era o modo de tratar dos militares com os estudantes. A questão moral está presente na forma de enxergar o outro, especialmente o Padre Augusti, que em

¹⁰ Termo de expressão popular para intensidade como “muito”.

seu depoimento declara não ser líder de movimento estudantil, e nem o idealizador do movimento da UBES para fazer o congresso. Entretanto, para os militares, não fazia a menor diferença, pois eles tinham que cumprir com a proposta da Revolução que se propuseram a fazer: o Estado Militar. Só eram aceitos os movimentos sociais que se colocavam a favor dos mesmos posicionamentos morais que eles, como por exemplo o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

O depoimento de Cordão revela as lacunas que não estão presentes nos documentos oficiais, especialmente no que diz respeito aos aparatos para a criminalização de pessoas, o que inclui o uso de adjetivos pejorativos, a rotulação de indivíduos como comunista, a prática da tortura, e a falsificação de narrativas. Os documentos oficiais do Estado serviram como uma grande mentira para sustentar a narrativa do Estado Militar, que se opõe à Justiça Social. Para os militares, qualquer ação de interesse da população era considerada um crime.

A estrutura moral, que fez o Padre Augusti mobilizar-se a favor dos estudantes, é apresentada pelos militares como uma “subversão”, “perversão” ou “atividades subversivas”. Essa narrativa é articulada para se ajustar à Lei de Segurança Nacional 898/69, Art. 43. Assim, foi criada uma justificativa substancialmente convincente e satisfatória para o Superior Tribunal Militar (STM), resultando na decretação de prisão preventiva do Padre, com o objetivo de interrogá-lo, além da tentativa de incriminar mais pessoas ou obter uma confissão formal de “subversão”.

Neste ponto, podemos trazer o desvelamento da parte dos acusados e perseguidos, tanto o depoimento do irmão mais novo do Faccenda, quanto o depoimento oral do Francisco Cordão revelam um ponto em comum: o Cristianismo. A declaração feita pelo garoto de 14 anos, na qual afirma que sua movimentação estudantil tem como inspiração o fato de “ser cristão”, com o Padre Augusti, é

bem mais complexa e profunda, estando atrelada a três termos relacionados às interpretações bíblicas do Evangelho, que são estudados na Diocese de Botucatu naquele período. Estes termos são: “Ver, Julgar e Agir”, “Ver como Cristo”, “Julgar como Cristo” e “Agir como Cristo”, que estão vinculados ao modo de operação da JEC e da JUC em relação as suas atuações estudantis, paroquiais e sociais.

A forma de atuação que o Augusti tinha como coordenador das Juventudes está atrelada à visão de solidariedade em torno da Justiça Social, que em ambos os casos praticavam a resistência pacífica. “Ver, Julgar e Agir” está no método Evangélico de observar o mundo, de forma solidária, justa e com enfoque no social, não há uma discriminação a quem está sendo auxiliado, somente na intencionalidade da caridade.

Quando o Francisco Cordão traz à tona essa estrutura de pensar, seu depoimento abre uma nova perspectiva para compreender, não só as motivações dos estudantes e do Padre, mas a inconsistência de projeto de mundo que os militares queriam impor. Como apontado por Chauí (2014), há uma intencionalidade religiosa por trás dos planos dos militares, mas que entra em confronto com a sociedade ao ser posta em prática. O tipo de cristianismo que os militares queriam não coincidia com o mesmo cristianismo pregado pelo Padre Augusti. A Igreja Católica sendo grande e plural, como se apresenta neste recorte, não caberia fazer parte deste regime, ainda que houvesse o alinhamento da instituição com o Estado Militar, pois em momento algum houve uma manifestação formal da Igreja contra a perseguição ao Padre Augusti.

As motivações morais têm a sua importância na forma de ver, julgar ou agir dos indivíduos. Isso pode movimentar multidões para fazer o bem ou o mal, a revolução ou a contrarrevolução, basta que haja a resiliência, como o Padre Augusti, ou o Estado como os Militares.

3 A reflexão sobre

Para alcançar a completude de uma análise, não é suficiente fornecer uma mera explicação ou descrição do objeto. É necessário o questionamento crítico do porquê a memória dos estudantes e do Padre Augusti é pertinente e relevante para falarmos hoje, na contemporaneidade pós pandemia, ano de 2024.

Nossa democracia é uma sombra do Estado Militar, que concedeu anistia aos militares e adeptos de sua ideologia, permitindo que continuassem na política, seja no Senado, como Deputado Federal ou até na Presidência. A perpetuação deste poder vai de encontro com a falta de substituição dele mesmo, especialmente pelo movimento de Anistia, que de prontidão eximiu os militares de qualquer responsabilização por seus atos. As consequências dessa Anistia se revelam com o “retorno” deste Estado Militar, que para muitos foi uma surpresa, ou até mesmo uma reconstrução gradual de um processo de “radicalização” através do que se dizem ser uma “polarização política”, mas que em seu desvelamento nunca deixou seu protagonismo.

Hoje, percebe-se que não há mais a necessidade de um aparato sofisticado ou centralizado em um Estado para exercer a moralidade construída pelos militares. Chauí (2014) vai chamar de Neoliberalismo, um movimento que está atrelado a um tipo de organização socioeconômica que visa ao individualismo. O que se revela é uma postura de constante enfrentamento ao povo, considerado como inimigo pelo Estado sujeito a processos de “civilização” impostos pelos militares. Assim se configura o Estado Militar: uma ideologia que funciona como Estado, colonialista, mas que não precisa do aparelho estatal para existir.

E o que significou o embate entre os estudantes e o Padre Augusti contra os militares? Na atual conjuntura, pode-se dizer que, aparentemente, nada. O esquecimento do que significou resistir à Ditadura de forma pacífica é evidente. A democracia, em muitos aspectos, revela-se

uma falácia, permitindo a continuidade de políticas que favorecem os mesmos grupos e ideais, utilizando até as mesmas metodologias: a criminalização das necessidades do povo. A lógica do Estado Militar transcende o próprio Estado; ele está presente no comportamento, nas escolhas, na maldade e na crueldade. Em termos nietzschianos, a Vontade de Poder (Nietzsche, 2008) dos militares não foi superada; ela persiste e se autossustenta. A democracia não conseguiu superar o Estado Militar, pelo contrário, se fundiu e continuou o projeto iniciado por esse regime.

Referências

BLOCH, M. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Tradução de André Telles. 20 reimp. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2022.

BURKE, P. *Varietades de história cultural*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CHAUÍ, M. *Manifestações Ideológicas do Autoritarismo Brasileiro*. 2. Ed. Belo Horizonte: Fundação Perseu Abramo, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Paz e Terra, 2014, Rio de Janeiro.

HAGEMEYER, R. R. *Caminhando e cantando: O Imaginário do Movimento Estudantil Brasileiro de 1968*. São Paulo: Editora Edusp, 2016.

MANIERI, D. *Teoria da História: a gênese dos conceitos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MANIERI, D. Nietzsche e o debate sobre a Aletheia grega. *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*, [S. l.], v. 1, p. 13-36, 2015.

NIETZSCHE, F. *Vontade de Poder*. Tradução de Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2008.

NIETZSCHE, F. *Crepúsculo dos ídolos*. Tradução de Renato Ziwick. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2009.

NIETZSCHE, F. *A Gaia a Ciência*. Tradução de Antonio Carlos Braga. São Paulo: Lafonte, 2020.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.]*, v. 14, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 22 nov. 2024.